

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 17 de novembro de 2000

Ano 2 Nº 41

CPI encerra trabalho e apresenta relatório final

Durante 7 meses a CPI realizou investigações em praticamente todas as regiões do Estado, auxiliada por uma força-tarefa formada por policiais federais, civis, militares e representantes do Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o narcotráfico e o crime organizado no Estado foi constituída a partir de um requerimento apresentado em 15 de março deste ano pelos líderes do PDT, Jaime Mantelli, do PPS, Jaime Duarte e do PMDB, Ronaldo Benedet, sendo instalada no dia 28 do mesmo mês. Integraram a Comissão os deputados João Henrique Blasi (PMDB), presidente, Adelor Vieira (PMDB), relator, Jaime Mantelli (PDT), Nelson Goetten de Lima (PPB), Pedro Uczai (PT), João Rosa (PTB), Jaime Duarte (PPS) e Jorginho Mello (PSDB). A primeira reunião ocorreu no dia 4 de abril, para definição do cronograma das atividades da CPI, e os depoimentos de autoridades institucionais e testemunhas foram realizados a partir do dia 6.



Relator deputado Adelor Vieira

Relatório final - Na última terça-feira (14), os integrantes da Comissão se reuniram para apreciar o relatório elaborado pelo deputado Adelor Vieira, que acabou sendo aprovado praticamente por unanimidade. Os deputados João Henrique Blasi (PMDB) e Pedro Uczai (PT) apresentaram pequenas restrições ao relatório. O deputado Jorginho Mello (PSDB) votou integralmente com o relator.

Adelor registrou em seu relatório que nos 229 dias a CPI realizou investigações em praticamente todas as regiões do Estado, destacando-se o Norte, Sul, litoral e Oeste. Foram feitas 60 reuniões, tomados 124 depoimentos, expedidos 346 ofícios, recebidas 1.935 denúncias pelo telefone 0800 48 6261 e 64 por correspondência escrita. Durante esse período, cerca de 15 pessoas foram presas ou tiveram prisão preventiva decretada.

O relator citou os nomes do empresário joinvilense Paulo Cesar Machado, acu-

sado de agiotagem e formação de quadrilha, de Ismael Buono, denunciado como narcotraficante, do delegado em exercício de Siderópolis, Gilberto DelPrato, por roubo de veículos e receptação, e de Jarvis Pavão, como traficante em Itajaí.

Quanto ao vereador Nilo Froza, de Concórdia, preso sob acusação de roubo de caminhões e receptação de carga roubada, o relator sugere que a Câmara Municipal daquele município abra um processo para cassar seu mandato "por falta de decoro parlamentar".

Entre as principais sugestões do relator para a adoção de novas políticas e estratégias de combate ao narcotráfico e ao crime organizado, destacam-se uma profunda mudança na legislação atual que evite principalmente a lavagem de dinheiro pelos grandes traficantes, ações preventivas em todos os níveis, aumento da pena dos acusados de narcotráfico, com prisão perpétua inclusive, e a construção de presídios federais exclusivos.

O processo resultou em 48 volumes de documentos e cópias serão encaminhadas ao Ministério da Justiça, aos Ministérios Públicos federal e estadual e ao Congresso Nacional.

Encerradas audiências do Orçamento Regionalizado

Página 3

CPI da Sonegação Fiscal inicia trabalhos dia 21

Página 4

Lei de Responsabilidade Fiscal discutida na

AL Página 8

OPINIÃO

Voluntariado e modernidade



O voluntariado moderno envolve uma questão prática: você colabora, mas cobra os resultados. Ser voluntário é ter postura de vida favorável às transformações sociais. O envolvimento com essa causa é fundamental para mudar seu bairro, sua cidade, seu estado, seu país.

No Brasil, a participação do cidadão nas questões comunitárias sofreu grande desestímulo no período pós-revolução de 1964, quando envolver-se com grupos de ação social poderia ser confundido com atividade política de esquerda. Foi inculcido na sociedade que não temos responsabilidade com as transformações, que essas cabem aos governos promoverem, o que gerou a preguiça histórica, levando as pessoas a entender que devem cuidar apenas de sua vida, restringindo-se ao âmbito de seus lares.

E é isso o que precisa ser modificado. Por isso defendi, em 1999, durante a regulamentação da concessão das bolsas de estudo a alunos universitários, prevista pelo art. 170 da Constituição Estadual, a inovação no processo das concessões, com o estabelecimento da obrigatoriedade contraprestação de serviço voluntário pelos estudantes beneficiados.

Se há críticas à maneira como está sendo feita a prestação desses

serviços, que pode não ser a ideal, essa não é a razão para modificar-se a lei. Vale aprimorar o processo, pois não há quem não possa participar. Seja em finais de semana, no período de férias escolar, caso o aluno já trabalhe, enfim, sempre há formas de doar um pouco do seu tempo, através do voluntariado, para as nobres causas comunitárias.

A própria saúde está entre os bons motivos para fazer bem ao próximo com o trabalho voluntário. Voluntários vivem mais e melhor, afirmou em recente artigo a diretora de Extensão e Integração Comunitária da Unisul, professora Cibele Cristiane Schuelter, com base em bibliografia especializada e pesquisas de instituições de renome.

Por outro lado, conforme pesquisa da empresa de consultoria Kanitz & Associados, 54% dos jovens brasileiros querem ser voluntários, mas não sabem por onde começar. E somente 7% dos jovens brasileiros são voluntários, contra 62% nos EUA.

Logo, estamos diante de um desafio cultural. E é bom lembrarmos que no próximo dia 5 de dezembro comemora-se o Dia Internacional do Voluntário e que a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou 2001 o ano internacional do voluntariado.

Assim, vamos participar, cada um dando sua parcela para implementar o voluntariado em nossa sociedade, e já a partir das universidades, com os alunos bolsistas. Depois, teremos direito de cobrar os resultados.

Deputado Jaime Mantelli (Líder do PDT)

A reabertura do prazo de adesão ao Refis/SC



Diante do quadro atual da inadimplência tributária no País, que vem comprometendo não só o abastecimento dos cofres públicos mas o normal funcionamento de diversos setores de nossa economia, que redundam em afetar a credibilidade e a competitividade das empresas, cujas consequências conduzem ao resultado nefasto de fechamento de estabelecimentos empresariais, é oportuna a iniciativa do governo na promoção da regularização fiscal através do Refis. O Programa de Recuperação Fiscal (Lei Estadual

nº 11.481, regulamentada pelo Decreto nº 1.501) propiciou o saneamento das contas tributárias negativas através de adesão a regime de moratória fiscal, que, evidentemente, majora a arrecadação tributária.

A comunidade empresarial catarinense, preocupada com a sua condição de inadimplência, encontrou nessa legislação condições para iniciar o seu processo de recuperação, porém não na sua totalidade, haja vista que muitos contribuintes, apesar das condições favoráveis inseridas no programa Refis/SC, encontram-se com outras dificuldades, sejam de ordem tributária ou econômica, e não vêem condições de assumirem as exigências impostas por tal legislação. A legislação do Refis/SC em vigor compromete um percentual fixo, relativamente

significativo, do faturamento médio das empresas, o que, em tempos de globalização e de extrema concorrência, poderá surtir efeitos negativos no desempenho das empresas catarinenses.

A par de tal panorama, apresentamos o projeto de lei que visa à prorrogação do prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal e à inserção de novo artigo possibilitando aos contribuintes o pagamento de seus débitos através do parcelamento alternativo. Entendemos que com essas modificações os contribuintes poderão reavaliar suas possibilidades de adesão ao Programa, adequando de maneira coerente seus recursos e tendo condições de retomar seu crescimento. E o Governo do Estado, além de ver regularizada a situação de cobrança perante os contribuintes, poderá ver retomado o desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Passado o prazo de adesão (31 de outubro), vimos que muitas empresas não conseguiram o intento, e através de emenda possibilitamos o ingresso ao Refis/SC, através de reabertura do prazo para 31 de dezembro de 2001. Nossos pares nesta Casa Legislativa aprovaram o projeto e a inclusão da emenda, e esperamos a sensibilidade do governador para que não seja aposto veto. Isso trará mais dinheiro aos cofres públicos e o resgate do crédito e da dignidade dos micro e pequenos empresários.

Deputado Clésio Salvaro (PFL)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Noeli Livi
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Margareth Genovez
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

COMISSÕES

Indaial e Laguna sediam últimas audiências do OR

A Comissão do Orçamento Regionalizado cumpriu o cronograma estabelecido para este ano

(foto Solon Soares)

Acolhendo propostas de investimentos do Vale e Alto Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis e do Sul do Estado, nas audiências públicas realizadas em Indaial, no dia 10, e em Laguna, no dia 13, respectivamente, a Comissão do Orçamento Regionalizado, presidida pelo deputado João Rosa (PTB), cumpriu o cronograma estabelecido para este ano. Nos encontros, o presidente da Assembleia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), destacou que o novo calendário permitiu a participação dos vencedores no último pleito, lembrando que dos R\$ 30 milhões do OR, 20% serão repartidos para os 293 municípios de SC, 20% pelo território e 60% pelo número de habitantes. "Isto permite um equilíbrio entre médios e pequenos municípios", concluiu.

Desabafo – O prefeito de Indaial, Luiz Polidoro (PFL), disse que os prefeitos do Médio Vale estão agonizando, pois estão sem recursos e com pouco retorno do ICMS pago ao Estado. "Merecemos mais



Prefeito de Indaial protesta contra falta de recursos

consideração e queremos que os deputados transmitam essa revolta ao governador Amin", desabafou. Entre as prioridades apresentadas à Comissão do OR, está a ampliação, reforma e compra de equipamentos para o Hospital Beatriz Ramos, no valor de R\$ 500 mil. Reiteram seu apoio à transparência na aplicação dos recursos públicos os deputados Rogério Mendonça (PMDB), Volnei Morastoni (PT) e Ivo Konell (PMDB).

Os prefeitos reeleitos de Ilhota, Roberto da Silva, e de Apiúna, Roberto Schulz, foram escolhidos conselheiros titular e

suplente, respectivamente, do OR em 2001 para o Vale do Itajaí. No Alto Vale, ficou como titular o prefeito eleito de Vidal Ramos, Hanz Stotenberg, e como suplente o secretário executivo da Amavi, Eládio Tombosi.

Exemplo – O presidente da Câmara de Laguna, vereador Hugo Ribeiro, afirmou que a Lei do OR deve seguir de exemplo para todos os municípios catarinenses. Os deputados Ronaldo Benedet (PMDB) e Ideli Salvatti (PT) convocaram as lideranças para manter o OR, enquanto os deputados Joares

Ponticelli (PPB) e Manoel Mota (PMDB) citaram obras conquistadas pelo Sul, como a barragem do Rio São Bento, a recuperação do molhe do porto de Laguna e a licitação para a duplicação do trecho sul da BR-101.

A Grande Florianópolis terá como conselheiro titular o prefeito reeleito de Anitápolis, Antônio David, e como suplente, Jair Amorim, prefeito reeleito de São João Batista. No Sul, o prefeito eleito de Criciúma, Décio Góes, será o titular, enquanto o prefeito eleito de Tubarão, Carlos Stüpp, ficará na suplência.

Audiência pública debaterá o excesso de multas por radares

O excesso de multas decorrentes da instalação de radares em rodovias estaduais será motivo para debates em audiência pública da Comissão Técnica de Fiscalização, Controle, Eficácia Legislativa e Redação de Leis, a realizar-se na próxima segunda-feira (20), a partir das 17 horas.

A audiência está sendo convocada em razão do descumprimento da Lei nº 11.375, de 18/4/2000, que dispõe sobre sinalização prévia dos radares, e da tramitação na Assembleia de nova proposição regulamentando a instalação de equipamentos eletrônicos controladores de velocidade. A Comissão, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), tem entre suas atribuições velar pela real aplicação e eficácia no cumprimento das leis estaduais em vigor.

O parlamentar divide com o presidente

da Assembleia, Gilmar Knaesel (PPB), a autoria do Projeto de Lei nº 320/00, que visa coibir a chamada "indústria de multas", criada com a instalação de radares que não são vistos por motoristas, os chamados pardais.

Tramitando desde o mês passado e já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto prevê que os pardais sejam instalados somente para controle da velocidade máxima permitida nas rodovias. Em pontos onde houver necessidade de limitação de velocidade (inferior à máxima), próximo a escolas ou fábricas, por exemplo, a intenção é permitir somente a instalação de redutores de velocidade do tipo lombada eletrônica.

Órgãos ligados ao trânsito e entidades representativas do segmento dos transportadores, bem como representantes comerciais, participarão do debate.

Indústria de multas - "O Código Brasileiro de Trânsito determina que, primeiramente, se oriente os motoristas de forma preventiva, ficando a punição somente como recurso extremado, quando a engenharia de tráfego mostrar-se ineficiente", explica Mantelli. "O grande número de notificações num mesmo ponto, de forma repetitiva e sistemática, demonstra que o método de fiscalização e prevenção é inadequado, fazendo do pardal uma armadilha que torna o motorista vítima indefesa", acrescenta.

Mantelli entende que radares são necessários para conter as estatísticas assustadoras de acidentes em rodovias, mas considera que o enfoque de sua utilização não pode estar voltado à arrecadação. "Nosso objetivo é dar segurança aos usuários das estradas e, ao mesmo tempo, que sejam respeitados em seus direitos constitucionais".

COMISSÕES

Universidades particulares querem benefícios do artigo 170

Da reunião conjunta das Comissões de Justiça e Educação, presididas pelos deputados Onofre Agostini (PFL) e Joares Ponticelli (PPB), respectivamente, participaram os deputados Reno Caramori (PPB), Pedro Uczai (PT), Olices Santini (PPB) e os dirigentes de instituições de ensino



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Deputado Pedro Uczai em reunião polêmica

superior filiadas à Associação das Mantenedoras Particulares de Ensino Superior de Santa Catarina – Ampesc. Entre os diversos pedidos na pauta, o principal foi a extensão dos benefícios concedidos pelo artigo 170 da Constituição Estadual para essas instituições. Hoje, podem se beneficiar dos recursos do 170 apenas os estudantes que comprovem ser carentes e

estudem no sistema fundacional (Acafe).

O encontro gerou polêmica. As instituições afirmam que há privilégios na destinação de recursos e discriminação no acesso ao ensino superior. O deputado Uczai disse que é obrigação do Estado repassar recursos para as instituições de ensino superior e que isso não está sendo cumprido de forma integral. Segundo ele,

20% dos alunos da Acafe continuam sem bolsas de estudo.

Já o deputado Onofre questionou sobre a mensalidade cobrada pela Acafe, que muitas vezes é superior à de outras instituições. Por sua vez, o deputado Santini manifestou preocupação quanto à multiplicação de faculdades que estão sendo implantadas em Santa Catarina. “Gera-se expectativa para os estudantes que depois não serão cumpridas”, afirmou, referindo-se à falta de mercado após a conclusão do curso.

O presidente da Ampesc, José Tafner, acredita que os deputados vão considerar os pedidos apresentados já a partir do próximo ano. “Entendemos que os recursos referentes aos exercícios de 1999 e 2000 devem continuar com a atual destinação para evitar mais problemas, mas que a partir de 2001 sejam incluídos todos os acadêmicos catarinenses.

Ao final do encontro, Ponticelli afirmou que o assunto precisa ser amplamente discutido no ano que vem e que muitos aspectos precisam ser revistos.

Orçamento 2001

A Comissão de Finanças, presidida pelo deputado João Rosa (PTB), esteve reunida de forma extraordinária nesta terça-feira (14), quando aprovou por unanimidade o parecer preliminar do relator do Orçamento Geral do Estado para 2001, deputado Paulo Bornhausen (PFL). O valor dos recursos é de R\$ 7,4 bilhões e o projeto enviado pelo Executivo à Assembléia é baseado na realidade financeira do Estado, atendendo à Lei de Responsabilidade Fiscal e priorizando investimentos nas áreas de educação, saúde e transportes.

Cronograma – Os parlamentares têm até 24 de novembro para apresentar emendas ao Orçamento, e cada deputado pode apresentar no máximo 12 emendas, sendo que as coletivas podem chegar à metade do número de parlamentares de cada bancada. A bancada com um único representante só poderá apresentar uma emenda. A análise das emendas pelo relator será feita de 23 de novembro a 4 de dezembro. A votação nas Comissões e no Plenário acontecerá de 5 e 6 de dezembro, ficando para o dia 13 de dezembro a votação da redação final da matéria.

O intervalo de sete dias serve para o ajuste final dos números por parte da Secretaria da Fazenda.

CPI da Sonegação elege presidente e relator

A deputada Ideli Salvatti (PT) e o líder do PMDB na Assembléia, deputado Ronaldo Benedict, foram escolhidos nesta terça-feira (14), respectivamente presidente e relator da CPI que vai investigar casos de sonegação fiscal que estariam



Reunião da CPI

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

ocorrendo em diversos municípios catarinenses. Os trabalhos começam efetivamente na terça-feira, (21), quando a Comissão apresentará sugestões para a elaboração do cronograma das atividades a serem desenvolvidas nos próximos 90 dias.

Ideli adiantou que apresentará pelo menos duas sugestões que requerem providências imediatas: ao chamado caso Makenji e o envolvimento do

Conselho Estadual de Contribuintes e à ligação na inscrição no Refis de empresas que estão sendo processadas judicialmente por sonegação fiscal. “Temos que investigar principalmente os mecanismos de fiscalização, pois alguns deles atualmente permitem esquemas de sonegação por parte de empresas catarinenses”, comentou a parlamentar.

PLENÁRIO

Defesa da saúde por LER e Dort

Nova lei busca defesa da saúde dos trabalhadores dos setores públicos e privados do Estado

Aprovado nesta terça-feira (14) o substitutivo global ao Projeto de Lei nº 20/2000, de

autoria dos deputados Volnei Morastoni, Ideli Salvatti e Neodi Saretta, ambos do PT, que estabelece normas de prevenção das doenças resultantes de Lesões por Esforços Repetitivos (LER), de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Dort), assim como critérios de defesa da saúde dos trabalhadores dos setores públicos e privados do Estado.

Define-se como LER e Dort as afecções que acometem os

tendões, sinóvias, músculos, nervos, fâscias, ligamentos, isolada ou associadamente, com ou sem degeneração de tecidos, atingindo principalmente, porém não somente, os membros superiores, região escapular, pescoço e coluna vertebral, provocadas por atividades nos processos de trabalho. Ao órgão público compete, através do Programa de Saúde do Trabalhador, que será instituído no prazo de 90 dias após a publicação desta lei, aplicar critérios técnicos como diagnóstico, tratamento e conduta da LER e Dort, procedimentos de ergonomia e prevenção destas doenças

com medidas que garantam informações sobre os riscos desses males, pausas e limitações do tempo de trabalho, alterações na organização, adequação de máquinas, mobiliários e dispositivos, entre outras medidas.

Ainda que suspeitos, os casos de LER e Dort deverão ser notificados pela empresa, pessoa física, órgão ou entidade aos órgãos de fiscalização e controle, que tomarão as providências. O descumprimento da lei acarretará em advertência, multa diária de 100 a 1.000 Ufirs e suspensão temporária das atividades em caso de reincidência ou risco grave à saúde.

MP prevê extinção de tributos

Assembléia aprovou a admissibilidade da Medida Provisória nº 92/00, de 30 de outubro de 2000, que dispõe sobre os procedimentos de natureza contábil e tributária para regularização de pendências decorrentes da extinção de tributos mediante dação em pagamentos. Estabelece que os créditos tributários cuja extinção tenha decorrido da dação de bens em pagamento ou de adjudicação em processos judiciais serão baixados no sistema e controle da Secretaria da Fazenda, observando-se o seguinte: utilizar-se-á guia de arrecadação para cada crédito tributário, especificando-se a lei que o permitiu, e o valor do crédito tributário será aquele apurado na data da formalização da dação em pagamento. Nos casos de extinção total ou

parcial de crédito tributário, em razão de dação em pagamento ou adjudicação de bens, os respectivos valores serão contabilizados como receita patrimonial.

Atos oficiais - Aprovada também a admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 11/00, de autoria do deputado Ivan Ranzolin (PPB), que altera o parágrafo único do artigo 111 da Constituição Estadual, que trata da Organização do Município. De acordo com a proposta, "os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do município ou da respectiva associação municipal, ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer, ou de acordo com o que determinar a sua lei orgânica, ou, ainda, em meio eletrônico digital de acesso público".

Isenção de pedágio

É de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL) o projeto de lei, aprovado pelo Plenário, que isenta do pagamento de pedágio, cobrado em postos ou praças instalados em rodovias estaduais ou sob jurisdição estadual, os veículos emplacados no mesmo município de localização dos pedágios e as motocicletas de quaisquer categorias ou cilindradas, independentemente do município ou estado do emplacamento.

Motocicletas para transporte

Aprovado projeto de lei de autoria do deputado Sandro Tarzan (PTB) que autoriza, no Estado de Santa Catarina, o licenciamento e o emplacamento de motocicletas destinadas ao transporte remunerado de passageiros, também denominadas moto-táxis. O Detran efetuará o licen-

ciamento e emplacamento, a que se refere a lei, apenas nas localidades em que o serviço de moto-táxis tenha sido previamente regulamentado por lei municipal. Para serem licenciadas, as motocicletas precisam satisfazer as exigências do Código Brasileiro de Trânsito.

Pedidos de informação

Adeputada Ideli Salvatti (PT) encaminhou pedido de informação ao Governador do Estado referente ao processo de refinanciamento da dívida com precatórios emitidos em 1996 pelo Estado de Santa Catarina. Solicita esclarecimento sobre os procedimentos adotados pela Procuradoria-Geral do Estado e, caso tenha sido protocolada ação judicial ou representação no Ministério Público Federal, pede cópias dos referidos documentos.

Salvatti também pediu que seja encaminhada à

Assembléia a relação das associações de moradores localizadas no município de Tijucas, que teriam sido beneficiadas com recursos da Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família no ano de 1998, especificando para cada entidade o valor dos recursos repassados e a finalidade, bem como o montante de recursos repassados no ano de 1999 à Associação de Pais e Professores do Colégio Deputado Valério Gomes, localizado no município de Tijucas, visando à reforma daquela escola.

PLENÁRIO

Benedet propõe alterações na legislação tributária de SC

(foto Jonas Lemos Campos)

O deputado Ronaldo Benedet, líder do PMDB, encaminhou indicação à Secretaria da Fazenda reivindicando a inclusão na legislação tributária do Estado de dispositivo permitindo ao contribuinte do ICMS que realizar operações para pagamento parcelado o recolhimento da alíquota do imposto na medida do vencimento das faturas. “Entendo que com essa ação estaremos evitando a sonegação, ao mesmo tempo em que vamos dar ao empresário a possibilidade de pagar os seus impostos de forma



Deputado Ronaldo Benedet

justa. Não acredito que haverá redução da arrecadação mensal”, justifica.

Benedet esclarece que não apresentou a proposta por

meio de um projeto de lei por considerar que a iniciativa deve partir do próprio Poder Executivo, em favor da sociedade. “O tema é importante para a manutenção do emprego e a instalação de novas empresas em Santa Catarina. Gostaria que a Fazenda estudasse a medida e procura-

rasse esta Casa para o debate”, afirmou.

No entanto, ele defende a manutenção do desconto já existente, pois o custo de financiamento do ICMS em relação às vendas parceladas é bem maior.

Convocações

O líder do PPS, deputado Jaime Duarte está solicitando a convocação do Secretário da Segurança Pública e do Comandante da Polícia Militar para, em sessão especial na Assembléia, prestarem informações sobre os graves problemas enfrentados na área de segurança pública no território catarinense, enfatizando a região Norte.

Já os deputados Ronaldo Benedet e João Henrique Blasi (PMDB) estão convidando o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o corregedor e integrantes do corpo técnico daquela Corte especializada para participarem de audiência pública na Assembléia, destinada ao debate de sugestões e medidas para o aprimoramento do sistema eletrônico de votação.

Teste de HIV no pré-natal

Foi aprovado projeto de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS) que dispõe sobre o direito da mulher de requerer gratuitamente o teste sorológico anti-HIV dos prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde (SUS), como exame complementar dos cuidados do pré-natal. De acordo com o projeto, a Secretaria Estadual da Saúde deve realizar campanhas permanentes de esclarecimento às mulheres sobre o direito de requerer tal exame.

Segundo o autor, o teste sorológico anti-HIV executado de modo oportuno remete ao uso adequado do medicamento AZT em mulheres grávidas soropositivas. Dados do Ministério da Saúde mostram que desde 1997, quando o procedimento de prevenção da transmissão do vírus HIV de mãe para filho foi implantado, o AZT foi usado em 1.531 mulheres grávidas soropositivas

e, no mínimo, 180 recém-nascidos não foram infectados.

Criança e Adolescente - Outro projeto aprovado de Duarte determina que o Poder Executivo Estadual não repassará verbas de assistência social e subvenção social nem cederá funcionários ao município que não tiver instalado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, nos termos da Lei Federal nº 8.069, que prevê que todos os municípios devem criar tais Conselhos.

Em Santa Catarina, de acordo com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Centro de Promotorias da Infância, esses Conselhos já existem em 280 dos 293 municípios do Estado, mas muitos ainda não produziram efeitos práticos na formulação de políticas públicas e no atendimento às crianças e adolescentes.

Normas na adoção de menores

É do deputado Rogério Mendonça (PMDB) a indicação encaminhada ao governo do Estado solicitando ações ao governo federal no sentido de que sejam adotadas normas para garantir segurança aos processos de adoção de menores. “As adoções ilegais têm gerado intensa insegurança na população e efeitos extremamente negativos às famílias brasileiras. É importante ressaltar que a viabilização dessas medidas pelas autoridades, além de facilitar os pedidos de adoção, vai impedir o lamentável comércio irregular de crianças”, justifica.

Recentemente, durante a 2ª Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, formado por desembargadores e juízes de todos

os estados, ficou decidido que o Brasil formalizará a padronização das adoções internacionais, visando impedir o comércio ilegal de crianças, como a adesão à Convenção de Haia.

Dados coletados pelo parlamentar apontam a adoção de aproximadamente 11 mil crianças de 1994 até maio deste ano. Neste período, a Itália adotou 5 mil crianças brasileiras, sendo que os Estados Unidos e a França estão em segundo lugar, com 2 mil cada. “Todos sabem que é grande o número de famílias que procuram crianças brasileiras para adoção. Por isso é importante que o país crie normas padronizadas de adoção internacional, imprimindo certamente maior segurança e controle de todos os procedimentos pertinentes”, defende o parlamentar.

Regime preferencial para idosos

A Bancada do PPB apresentou moção à presidente do Tribunal Regional do Trabalho solicitando que envie esforços no sentido de que seja adotada nas Varas da Justiça Trabalhista no Estado de Santa Catarina a orientação para que as ações cujos autores tenham mais

de 65 anos de idade ou sejam portadores de moléstia grave incurável tramitem em regime de preferência em todas as fases processuais. A comprovação da situação ensejadora do benefício dar-se-á através de documento de identidade ou de atestado médico.

Atendimento bancário

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) está solicitando ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e ao Superintendente do Banco do Brasil melhoria no atendimento pelas agências do BB aos agricultores pretendentes ao crédito rural com recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf),

bem como a diminuição dos seus encargos.

Mendonça denuncia que estão ocorrendo abusos no Banco do Brasil com a adoção das chamadas operações casadas, ou seja, para conseguir o dinheiro, o agricultor teria que adquirir outros produtos daquele banco, como o Ourocap e seguro de vida.

Custeio da safra 2000

Medidas urgentes para melhor distribuição do volume de recursos para custeio da safra 2000 estão sendo solicitadas pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB) em telegramas aos ministros da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário, ao presidente nacional e ao superintendente regional do Banco do Brasil, ao presidente do Banco Central e à bancada catarinense no Congresso Nacional. O parlamentar alerta que é necessária uma decisão polí-

tica das autoridades para possibilitar a contratação de novos projetos de investimentos do Pronaf, safra 2000/2001.

Segundo Herneus, os bancos não receberam instrução para renegociar as dívidas e ainda não foi definida a diferença para os rebates do Pronaf/1999. "É preciso autorizar as instituições financeiras a contratar novos projetos de custeio e investimento, principalmente no Grupo 'C' do Pronaf", defende o deputado.

Projeto Florestal

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) encaminhou pedido de informação ao Governador do Estado indagando o número de pessoas residentes nos municípios das microrregiões da Amai e Amosc que foram atendidas com recursos do Projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda; o total de recursos já destinados ao Projeto e o valor estimado para os próximos exercícios; se existem agricultores que já tiveram deferidos os ingressos no Projeto e que ainda não receberam o benefício e qual a previsão de atendimento ou disponibilidade de recursos para o seu cumprimento no exercício atual.

Proposições

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a recuperação da SC-421, no trecho de 28 quilômetros que liga Wittmarsun a Presidente Getúlio e da estrada que liga Taió a Santa Cecília.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Governador do Estado e aos Secretários da Fazenda e da Agricultura, solicitando a realização de estudos que viabilizem o aumento da carga tributária quando do ingresso, em território catarinense, da carne comercializada por empresas de fora do Estado.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao Governador do Estado, solicitando a relação do montante das verbas que foram destinadas aos municípios da região Norte/Nordeste do Estado a partir de 1999 até a presente data.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, solicitando medidas para a pavimentação do pátio e do acesso à empresa Nutribrás, em Taió, conforme compromisso assumido pelo Poder Executivo em julho de 1999.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao diretor do DNER/SC, solicitando a realização de uma operação emergencial "tapa-buracos" na BR-101, trecho sul, entre os municípios de Palhoça e a divisa com o estado do Rio Grande do Sul.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao presidente do Badesc, pedindo a instalação de uma unidade móvel do Banco do Empreendedor nos municípios de Araranguá e Criciúma.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao presidente da TIM Telesc Celular, requerendo a instalação de uma torre de telefonia celular em São Martinho.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Governador do Estado e ao Coordenador da Defesa Civil, solicitando que encaminhem socorro necessário para Santa Cecília, que teve casas, pontes e estradas destruídas por um temporal.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, solicitando a instalação de um posto policial no bairro Aririú, em Palhoça, e uma viatura com paramédicos àquela comunidade.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, cumprimentando-o pela passagem dos 45 anos de fundação daquela Corte de Contas.

Deputado Manoel Mota (PMDB) ao Secretário da Saúde, indagando se a compra de uma ambulância pela Prefeitura de Arroio do Silva foi feita através de convênio com aquela secretaria, os motivos que levaram à devolução da ambulância e quem autorizou.

Deputado Jaime Duarte (PPS) ao Governador do Estado, indagando o motivo da paralisação das obras do Hospital Infantil de Joinville.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao presidente da Telesc Brasil Telecom, requerendo a instalação de novas linhas telefônicas em Concórdia, para interessados que se encontram em lista de espera há mais de dois anos.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao diretor da TIM Telesc Celular, solicitando a instalação de torre de telefonia celular na região da Guarda, em Tubarão.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao presidente da Telesc, solicitando a expansão da rede telefônica convencional em São Lourenço do Oeste, uma vez que a atual capacidade dos seus serviços não atende à demanda crescente.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao secretário dos Transportes e Obras, solicitando a adoção de medidas para a construção de uma rótula, em substituição ao atual acesso da SC-480, em Xanxerê, na saída para o estado do Paraná.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Governador do Estado, requerendo esclarecimentos sobre as empresas particulares e públicas que executam o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob a forma de licença, autorização, permissão ou concessão.

ESPECIAL

Prefeitos discutem Responsabilidade Fiscal na AL

Mais de cem prefeitos participaram nesta segunda-feira (13), no Plenário da Assembléia, de uma audiência pública com técnicos do Tribunal de Contas do Estado, que lhes deram orientação a respeito do fechamento das contas de suas administrações, a serem repassadas aos seus sucessores, de acordo com as novas regras impostas pela Lei de Responsabilidade



Audiência pública

Fiscal. A iniciativa do evento partiu do segundo secretário da Mesa Diretora, deputado Romildo Titon (PMDB).

Rogério Bonassis Albuquerque e João Luiz Gattinger, técnicos do Tribunal de Contas, falaram sobre os cuidados que

os prefeitos que estão deixando as prefeituras devem ter em relação ao equilíbrio orçamentário, principalmente quanto a “restos a pagar”. Ambos orientaram os prefeitos a fazer relatórios transparentes sobre arrecadação, gastos

com pessoal, terceirização de serviços, limites legais, contabilidade, aplicação orçamentária e demonstrativos de dívidas.

Já o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Salomão Ribas Júnior, destacou que alguns pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal ainda não possuem uma interpretação sedimentada, por isso requerem mais estudos. “Mas isso não significa que o Tribunal não vá adotar uma

posição draconiana em relação às novas regras legais”, afirmou.

Falando em nome da classe, o vice-presidente da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) e prefeito de Guarimirim, Antônio Carlos Zimermann, elogiou a Assembléia pela iniciativa da reunião, mas criticou duramente o Congresso Nacional por “tratamento diferenciado”, pois os deputados e senadores deram um prazo de dois anos para que a União e os estados se adaptassem à nova lei e apenas seis meses para os municípios.

O presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), encerrou o evento destacando que a Lei de Responsabilidade Fiscal é hoje a maior preocupação dos administradores brasileiros, comentando que o Poder Legislativo também enfrenta o mesmo problema.

Blasi defende a LRF

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) manifestou-se nesta semana em defesa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que fixa limites globais de endividamento para União, estados e municípios. “Entendo que essa lei é benfazeja, pois vai garantir a transparência na gestão pública e o controle das contas. Trata-se de uma lei moralizadora, importante, e que veio para ficar”, elogiou.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê multas e reclusão de até quatro anos para os administradores públicos que gastarem mais do que arrecadam, aumentarem despesas sem compensá-las com cortes, iniciarem obras sem ter dinheiro em caixa ou gastarem em excesso com o funcionalismo. “Isto vai acabar com a velha e nefasta prática dos trens de alegria ou panamás, verdadeiras farras com o dinheiro público feitas em final de governo”, garante Blasi.

O parlamentar também defendeu o projeto de lei apresentado pelo deputado federal Edinho Bez (PMDB) que possibilita o adiamento das penas aplicadas aos administradores pelo descumprimento da LRF. O projeto prevê que as sanções passariam a ser aplicadas a partir

de 2001. “É preciso ter cautela, dar um prazo de carência aos administradores para arrumarem a casa. Essa proposição do deputado Edinho resolveria a dificuldade, encontrando uma solução para o impasse atual”, alega Blasi.

No entanto, entende que não é solução o pleito de R\$ 5 bilhões do governo federal para adequar os municípios à nova lei. “Ora, há um contra-senso, uma vez que essa lei veio justamente para impedir os gastos”, comentou.

Agenda

Dia 20, às 17h – Audiência pública da Comissão de Fiscalização e Controle para discutir a instalação e regulamentação de controladores de velocidade – “pardais”.

Local: Plenarinho

Dia 20, às 19h – Sessão solene para entrega de título de Cidadã Catarinense a Rute Ferreira Gebler.

Local: Plenário

Dia 20, às 19h – Abertura da exposição “Mãos à Obra” – programas de extensão

Local: Hall

Dia 21, às 11h – Reunião da CPI da Sonegação para discutir agenda de trabalho

Local: Sala das Comissões

Dia 21, às 19h – Lançamento da obra *Workflow, uma tecnologia para transformação do conhecimento nas organizações*, de Juarez Jonas Thives Jr.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 22, às 19h30 min – Lançamento do livro *O Cancioneiro Maçônico*, de A. Seixas Neto

Local: Galeria de Arte Meyer Filho